

**BRASIL "REDEMOCRATIZADO": UM GIGANTE QUE ACORDOU?
A discursivização midiática sobre os protestos de junho de 2013¹**

***BRAZIL "REDEMOCRATIZED": A GIANT THAT WOKE UP?
The media discursivization about June 2013 protests***

Érika de MORAES²

Resumo: Este trabalho objetiva investigar os discursos que circularam a respeito dos manifestos de Junho de 2013, com base, especialmente, em um *corpus* delimitado em manchetes do jornal *Folha de S. Paulo*, veículo de circulação nacional, a fim de compreender como a mídia configurou e reconfigurou a discursividade do “conflito”, tendo em vista a concepção teórico-metodológica da Análise do Discurso francesa, segundo a qual os discursos não só derivam interpretações possíveis, mas também as constituem.

Palavras-chave: Brasil; protestos; discursos

Abstract: *This study aims to investigate the discourses that circulated about the demonstrations of June 2013, based especially on a corpus consisting of headlines of Folha de S. Paulo, a national newspaper, in order to understand how the media configured and reconfigured the discourse of the “conflict” taking into account the theoretical and methodological conception of the French discourse Analysis, according to which the discourses not only derive possible interpretations, but also constitute them.*

Keywords: *Brazil; protests; discourses*

¹ Artigo redigido com base em trabalho originalmente apresentado no evento “On the Eve of War” - V International CECC Conference on Culture and Conflict, em Lisboa, Portugal, Dezembro/2013. ITEM: 6. War and the media.

² Docente do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac, Unesp, Bauru, SP, Brasil). É graduada em Letras e em Jornalismo; Mestre e Doutora em Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-Unicamp). erika.moraes@faac.unesp.br

INTRODUÇÃO

O resgate à memória dos anos de Ditadura Militar no Brasil, com a efeméride dos 50 anos do Golpe Militar de 1964 trazida à tona em 2014, por meio de diversos eventos acadêmicos e midiáticos, faz pensar na sociedade atual como “redemocratizada”, ou ainda em processo de redemocratização, uma vez que, se o golpe se distancia em 50 anos de nossos dias, a primeira eleição direta para Presidente da República pós ditadura ocorreu em 1989, um tempo relativamente recente em se tratando de continuidade histórica.

Este texto propõe uma reflexão sobre essa sociedade brasileira “redemocratizada”, tomando como ponto de partida a série de protestos nas ruas, em junho de 2013, que tiveram como estopim o aumento na tarifa de transporte coletivo na cidade de São Paulo, SP. Na ocasião, boa parte da população foi às ruas, reivindicando melhoria nos serviços públicos como transporte, saúde, educação etc. O chamado Movimento Passe Livre deu início ao protesto organizado, mas as proporções do *acontecimento* extrapolaram a proposta inicial. A Copa das Confederações, que ocorria no exato momento, tornou-se alvo de manifestações, bem como a escolha do país para sediar a Copa do Mundo em 2014.

A multiplicidade de reivindicações levantadas nos protestos através de cartazes, muitos deles genéricos como “Por um país melhor”, dificultaram a identificação de um posicionamento ideológico do “povo brasileiro”, ao mesmo tempo em que a atuação da mídia contribuiu decisivamente para construir a discursividade do conflito. Nesse ínterim, vieram à tona expressões do senso comum, que circularam especialmente por meio das redes sociais, como o do “despertar do gigante adormecido”.

O caráter amplo das manifestações pôde ser concretamente constatado por meio dos dizeres em cartazes como “não são apenas os vinte centavos” (em referência ao aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo) bem como da presença das mais diversas formas generalizantes, a exemplo de “pelo direito dos animais”.

De acordo com o respaldo teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, os discursos não só derivam interpretações possíveis, mas também as constituem. Tais interpretações (e sentidos) se revelam através dos textos, ou das

cenografias neles postas em circulação, já que, conforme Maingueneau (2005, p. 101), a doutrina é “inseparável de uma discursividade”.

É objetivo deste artigo, com base na investigação de discursos que circularam a respeito desses manifestos, a partir de sua cobertura pela mídia, esmiuçar a construção do conflito com base nas discursividades sobre as manifestações postas em circulação no espaço midiático. Para tanto, delimita-se como *corpus* as capas do jornal Folha de S. Paulo, importante veículo de circulação nacional sediado na cidade-foco do conflito, precisamente nas edições da semana que antecede e da que sucede o dia 17 de junho de 2013, quando houve a primeira das maiores manifestações nacionais, a fim de compreender como a mídia configurou e reconfigurou o acontecimento no âmbito discursivo.

1. Respaldo teórico-metodológico: a Análise do Discurso francesa, a cobertura política da mídia e a sociedade digital

A Análise do Discurso (AD) de que tratamos refere-se aos estudos que têm origem na França, na década de 1960, a partir de autores como Pêcheux, Henry, bem como nas contribuições de Foucault, as quais foram decisivas para o estabelecimento da teoria.

A AD, em constante e necessária reformulação, tem no nome de Dominique Maingueneau um dos estudiosos mais expressivos da atualidade. Conforme ressalta Maingueneau (1997), o analista do discurso não busca estabelecer o sentido por excelência, e sim construir interpretações que não se neutralizem. Defende-se, com base nesta teoria, que não há linguagem sem discurso, o que implica dizer que toda e qualquer forma de comunicação é atravessada por posicionamentos ideológicos, que são, em maior ou menor grau, conscientes ou inconscientes. Faz parte do comunicar o pertencimento a uma posição discursivo-ideológica que é, ela mesma, a possibilidade da discursividade simultaneamente gerada por ela.

É importante esclarecer que a AD não deve ser identificada a uma variante da Análise de Conteúdo, pois isto a associaria aos ‘conteúdos’ dos textos (sem chamá-los assim), não se dando conta de que a própria textualidade é gerida por categorias

discursivas. O exemplo clássico de Maingueneau é a inter-relação, em relação de polêmica, entre dois discursos “devotos”: o jansenista e o humanismo devoto, os quais objetivam “ensinar aos fiéis quais são os comportamentos que eles devem adotar para viver em consonância com os preceitos cristãos em uma sociedade determinada” (SOUZA E SILVA E ROCHA, 2009, p. 2). Maingueneau observa uma relação entre o ‘conteúdo’ de cada um desses discursos e a ‘forma de se dizer’, relatando que não se encontra manifestação do discurso jansenista em obra cujo estilo seja o de “conversações amenas”, já que este gênero caracterizaria o discurso adversário, o humanista devoto. Isto porque os discursos são regidos por uma semântica global. Em outras palavras, todo texto pressupõe um *ethos* discursivo, o que produz consequências como o fato de a ‘doutrina’ ser “inseparável de uma discursividade, de um modo de enunciação, de um processo de ‘incorporação’” (MAINGUENEAU, 2005, p. 101).

Para Maingueneau (1997, p. 46), “o que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis”, não havendo hierarquia entre o “conteúdo” e o modo de dizer, uma vez que a eficácia de um discurso (mensurada por sua capacidade de suscitar a crença) está diretamente ligada ao *ethos* que ele constrói e, ao mesmo tempo, sustenta.

Da mesma forma, a noção de polêmica é constitutiva do discurso, pois ela exerce um papel que, segundo Maingueneau, está longe de ser secundário na produção da superfície discursiva. Ao considerar o espaço discursivo como “rede de interação semântica”, Maingueneau percebe que esse espaço:

define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103)

“Não entender” o ponto de vista “do outro”, de certa forma, é parte do modo de sobrevivência de uma formação discursiva (FD). Por isso, Maingueneau considera que o discurso oposto é sempre tratado/entendido como um “simulacro”, ou seja, por intermédio do filtro de uma formação discursiva oposta, caracterizada pela crença em

ideologias divergentes, o que faz com que um discurso seja “lido/compreendido” pelo viés do outro. É assim que, por exemplo, o que se entende como “manifestação”, segundo um determinado posicionamento discursivo, é compreendido como “baderna” por outro. Não se trata de mera escolha de palavras, mas das ideologias que carregam cada posicionamento.

Maingueneau (2005, p. 103) esclarece que “cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco”. Diante desse funcionamento, o discurso garante (constitui e preserva) sua identidade em uma relação na qual “não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (Ibid., 2005, p. 103).

Devido à dissimetria entre as Formações Discursivas (FDs), “cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 108). Por essa razão, a interpretação do Discurso do Outro é sempre polêmica e atravessada pelo Simulacro, sendo, a rigor, a manifestação do ponto de vista do Outro inaceitável/incompreensível para a Formação Discursiva oposta.

Compreende-se, portanto, que a Análise do Discurso se constitui em um respaldo teórico-metodológico adequado para a leitura crítica da cobertura midiática. Trata-se de uma teoria que expõe o olhar-leitor às nuances ideológicas que vão além da superfície do discurso e não se exime da constatação de que todo e qualquer discurso é ideológico (inclusive, o científico, já que o termo ideológico não tem uma conotação negativa e, sim, ‘inevitável’ em relação a todo e qualquer discurso).

Em relação ao ativismo político interdependente à cobertura midiática, a principal referência deste estudo é a obra “Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, uma vez que, por se tratar de coletânea, traz à tona variadas vozes que abordaram criticamente o tema das manifestações.

É importante, ainda, ressaltar que tais manifestações se dão em um contexto contemporâneo compreendido como sociedade digital, o qual permitiu que as mais diversas vozes encontrassem espaço para se manifestar por meio da Internet. Apesar disso, é quando atingem as mídias tradicionais (o jornal impresso, a TV), que as manifestações ganham uma abordagem ainda mais massiva e abrangente, evidenciando

que o estudo da cobertura dessas mídias tradicionais ainda se faz relevante e necessário. Considerando que “os novos meios de comunicação eletrônica não divergem das culturas tradicionais: absorvem-nas” (CASTELLS, 2000, p. 392), o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é caracterizado por “sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais” (Ibid., p. 396). Para mais esclarecimentos sobre a sociedade digital e a cibercultura, remetemos a nossos textos: Moraes (2012) e Moraes (2014).

2. Das condições de produção

Segundo os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, as condições de produção são extremamente relevantes para que se entendam os acontecimentos discursivos. Assim, inicialmente, é fundamental compreender as circunstâncias em que tais manifestações – e sua consequente cobertura midiática – vêm à tona.

Pode-se dizer que o Brasil vive uma democracia ainda jovem, uma vez que, após uma longa ditadura militar desde 1964 (que sucedeu períodos ora de democracia, ora de outras ditaduras), teve seu primeiro presidente eleito, em 1985, por eleições indiretas: Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir. Assim, o primeiro presidente em exercício democrático pós-ditadura militar foi seu vice, José Sarney (1985-1989).

Em 1989, a população brasileira finalmente exerce o direito do voto direto, elegendo Fernando Collor de Melo, cujo governo, tragicamente, caracteriza-se pela corrupção e pelo confisco financeiro nas contas bancárias dos brasileiros. A população brasileira vai às ruas, num dos maiores movimentos populares do país, o “Fora Collor”, que solicita o *impeachment* do então presidente. Collor é destituído da presidência, assumindo seu vice, Itamar Franco, sucedido por Fernando Henrique Cardoso, autor do Plano Real ainda no governo de Itamar Franco, de quem fora Ministro da Fazenda. Cardoso foi reeleito para um segundo mandato, tendo ocupado a presidência da República durante oito anos (1995-2002). Em 2002, os brasileiros elegem Luís Inácio Lula da Silva, mundialmente conhecido como Lula, ex-sindicalista e membro do Partido

dos Trabalhadores (PT), que já era candidato à presidência desde o pleito de 1989 e chegara ao segundo turno ao lado de Fernando Collor de Melo. Lula também é reeleito e governa por oito anos (2003-2010), sendo sucedido, em 2011, por sua candidata do PT, Dilma Rousseff, também reeleita no pleito de 2014, este último caracterizado como uma disputa bastante acirrada com o candidato da então oposição, Aécio Neves (PSDB).

É no primeiro governo de Dilma Rousseff que os conflitos ecoam, curiosamente, num momento em que o país vivencia uma melhora dos indicadores sociais, como o nível de renda da população, incluindo maior poder de consumo, o que foi possibilitado por programas de distribuição de renda. Ao mesmo tempo, a chamada classe média reivindica espaço, pois julga nem se beneficiar dos programas de distribuição de renda, tampouco das isenções fiscais concedidas aos grandes empresários.

Embora os conflitos sejam bastante recentes, estudiosos começam a se debruçar para compreendê-los. Desse esforço, surge o livro *Cidades Rebeldes* (2013), cujos principais apontamentos são dignos de nota. Trata-se de uma coletânea de textos de autores diversos, que buscam interpretar, sob diferentes visões, os protestos no Brasil, quando “houve uma disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo que ocupou as ruas e uma guerra de interpretações nas vozes rebeldes” (ROLNIK, 2013, p. 8). Ou seja, a voz das ruas esteve (e está) longe de ser uníssona, como expõe a autora: “Trata-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, aliás presentes na própria sociedade brasileira” (Ibid., p. 12).

O próprio Movimento Passe Livre assina um dos artigos do livro, no qual argumenta que o “acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo”. Nesse sentido, as catracas do transporte podem ser vistas como uma barreira física que leva à exclusão urbana daqueles com menor concentração de renda. De acordo com essa concepção, o movimento entende as manifestações como um ato em que “a cidade é usada como arma para a sua própria retomada” (MPL, 2013, p. 16).

No entender do MPL, “ao reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades do país, as pessoas deslocaram momentaneamente – e com impactos duradouros

– o controle político da gestão do transporte” (MPL, 2013, p. 17). De qualquer maneira, embora entenda a sua participação relevante no despertar do movimento, o MPL não se considera o dono e/ou responsável por todos os seus aspectos, sejam erros ou acertos, méritos ou deméritos:

As lutas por transporte no Brasil formam um todo muito maior do que o MPL. Contudo, a tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade das ações e a centralidade dos aumentos tarifários dá a tônica dessas lutas. Após as Jornadas de Junho, milhares continuam nas ruas em diversas cidades, defendendo agora a implementação da tarifa zero. (MPL, 2013, p. 17)

Maricato (2013, p. 24) associa a insatisfação dos brasileiros à questão imobiliária e à mobilidade urbana, lembrando que, com a expansão urbana, “os pobres foram expulsos para a periferia da periferia”. Nas palavras de Vainer (2013, p. 39), “os indesejáveis são mandados para as periferias distantes, a duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transporte precaríssimas”. Ou seja, “é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifício por parte de seus moradores” (Ibid., p. 24). Aumenta o número de carros; pioram as condições do transporte coletivo; intensifica a poluição do ar e piora a saúde física e mental da população; é estendido o tempo de trânsito que, afinal das contas, é tempo perdido de vida: “É da vida, do tempo perdido, mas também da morte que estamos tratando” (Ibid., p. 25).

Iasi (2013, p. 42) lembra o quanto o transporte faz parte de nossa rotina: “acordamos de manhã, tomamos o ônibus e pagamos pelos bens e serviços utilizando o equivalente geral na forma monetária, do mesmo modo que o adquirimos vendendo nossa força de trabalho”. Ainda, o quanto esse processo se naturaliza em nosso inconsciente: “o imediato não se apresenta à nossa consciência como uma forma particular – a forma capitalista de produção e reprodução da vida –, mas como ‘a vida’ em si” (Ibid.).

Peschanski (2013) considera que o transporte público gratuito seja uma “utopia real”. O autor entende que a proposta do MPL reúne “valores desejáveis a uma alternativa social ao capitalismo: sustentabilidade, solidariedade, eficiência, democracia

e comunidade” (Ibid., p. 60). A análise deste autor demonstra que “do ponto de vista econômico, o capitalismo não é incompatível com o passe livre” (Ibid. p. 62), por outro lado, a proposta também é compatível com uma “alternativa social – em que elementos de justiça social e econômica não são residuais, mas o centro gravitacional de toda a atividade econômica” (Ibid., p. 62).

Enfim, são diversas as abordagens dos autores na tentativa de entender as manifestações no Brasil, dentre as quais consideramos especialmente significativo um aspecto apontado por Braga (2013), aparentemente indireto, porém cuja relação complexa pode ser compreendida se acompanharmos o raciocínio do autor. Braga tem estudado as condições de trabalho dos operadores de telemarketing, que, no seu entender, sintetizam importantes tendências recentes do mercado brasileiro, que incluem “o crescimento do emprego formal no setor de serviços, o aumento do assalariamento feminino, a absorção massiva de jovens não brancos e os baixos salários” (BRAGA, 2013, p. 80). Trata-se de um “modelo” do regime de trabalho “pós-fordista”, como explica o autor (Ibid., p. 80-81).

O autor esmiúça a (falta de) qualidade do trabalho a que uma grande parte da classe trabalhadora brasileira é submetida, embora o que apareça com mais evidência nas estatísticas seja o aumento do emprego formal, ocultadas as suas nuances. Assim, surgem subsídios para a questão: por que a onda de manifestos acontece num momento em que, supostamente, o Brasil está melhor do que em outros tempos? Braga entende que a chave para a interpretação do que considera a maior revolta popular da história brasileira está na “questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais” (Ibid. p. 81). Considera estarmos diante de um autêntico “processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação pública e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade” (Ibid., p. 82).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2013)³ enxerga retrocesso na área dos direitos humanos no Brasil, embora considere positiva “toda política de ações afirmativas” que, especialmente nos governos petistas, reconheceu o racismo na sociedade brasileira e buscou “um Brasil mais inclusivo, mais diverso, mais colorido,

³ As posições de Boaventura de Souza Santos, sociólogo Português, estão registradas em entrevista publicada na Folha de S. Paulo de 6/10/2013.

com mais consciência de sua diversidade étnico cultural”. Segundo o sociólogo, o atual governo brasileiro, assim como outros da América Latina, tem características de direita: “têm o mesmo modelo de acumulação, o mesmo modelo capitalista, o mesmo neoliberalismo”. No entanto, esses governos se diferenciam da direita tradicional por redistribuir os rendimentos de maneira muito mais significativa que outros governos, embora possa ainda não ser suficiente.

Sobre o cidadão que esteve (ou ainda está) nas ruas, Boaventura avalia:

Essas revoltas são feitas, normalmente, por jovens que nunca participaram de movimento social, de partidos, que nunca votaram, nunca estiveram em nenhuma ONG. E de repente estão na rua. (...) São movimentos que surgem a partir de momentos em que as instituições parecem não dar respostas às aspirações populares. (...) A democracia não é simplesmente mero voto e a representação política, mas se traduz em direitos sociais e econômicos. (SANTOS, 2013)

Por esta razão, o sociólogo prefere chamar esses grupos de “presenças coletivas”, e não de “movimentos sociais”, entendendo que essas pessoas “sabem o que não querer, mas não sabem bem o que querem”. Completa:

Aqui [no Brasil], a juventude se dá conta que aquela democracia que ela acreditou não funciona, está sendo derrotada pelo capitalismo. (...) O que todos estão a dizer? Estão a dizer que o mundo está escandalosamente desigual. Essa não é uma questão da pobreza. É que nos países, internamente, a diferença entre ricos e pobres nunca foi tão grande. (SANTOS, 2013)

Considerando que a distribuição de renda no Brasil de hoje, medida pelo índice Gini⁴, melhorou, embora ainda represente uma das piores do mundo, a pergunta permanece: por que é no Brasil atual que os movimentos eclodem? Na interpretação do sociólogo, as políticas atuais ainda são “de primeira geração”. Avalia: “a segunda geração é que essa gente que agora come bem, agora que tem algum apoio, quer evoluir, quer ir para a universidade, quer outra qualidade dos serviços públicos. E aí estancou”.

⁴ O Índice Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento “Variabilità e Mutabilità” em 1912, comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. (Fonte: Entendendo o Índice Gini, governo do Estado do Ceará)

Para o sociólogo, o momento político atual é de “guerra civil de baixa intensidade”, sendo importante que as pessoas vão para as ruas, a fim de “fazer pressão pacífica sobre os Estados”. Por isso, embora seja cuidadoso na crítica ao movimento *black bloc*, considera contraproducente o fato de afastarem as pessoas da manifestação por medo da brutalidade e violência policial.

3. *Corpus* e análise: discursivização do conflito pela mídia

Lima (2013) faz uma avaliação do papel da mídia nos movimentos urbanos. Aponta o autor que, embora muitas das manifestações tenham sido organizadas através das mídias sociais virtuais, “os jovens que detonaram as manifestações ainda dependem dela [da mídia tradicional] para alcançar visibilidade pública, isto é, para serem incluídos no espaço formador de opinião pública” (Ibid., p. 90). Segundo o autor, esse aparente paradoxo se justifica porque a velha mídia (ainda) “controla e detém o monopólio de ‘tornar as coisas públicas’”. Além de dar visibilidade aos fenômenos sociais, ela “‘realimenta’ o processo e permite sua própria continuidade” (Ibid., p. 90).

No entender de Lima, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) “não garantem a inclusão dos jovens – nem de vários outros segmentos da população brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia” (Ibid., p. 90). A partir da análise da mídia tradicional, o autor aponta um aspecto relevante:

não se pode ignorar a construção de uma cultura política que desqualifica sistematicamente as instituições políticas e os próprios políticos. Mais importante: não se podem ignorar os riscos potenciais para o regime democrático quando é essa a cultura política que prevalece. (LIMA, 2013, p. 90)

Na visão do autor, a cobertura midiática constrói uma realidade discursiva que implica a “avaliação negativa do sistema democrático” (Ibid., p. 90), como se “corrupção, cinismo e desmandos” fossem “monopólio dos políticos, dos partidos ou do Congresso” (STEPAN, 1988 apud LIMA, 2013, p. 92).

Sobre o descontentamento com a forma atual de democracia, o sociólogo Boaventura Souza Santos pondera:

a democracia representativa liberal foi dominada e vencida pelo capitalismo, pela corrupção, pela presença do dinheiro nas eleições, nas campanhas eleitorais. Isso faz com que os representantes estejam cada vez mais distantes dos representados. É aquilo que a gente chama de patologia da representação. (...) É esta forma de democracia, a do poder do dinheiro, que está derrotada. (SANTOS, 2013)

Ou seja, “há uma deterioração das instituições, uma ideia de que a democracia foi derrotada pelo capitalismo” (SANTOS, 2013), ideia esta a qual, se concordarmos com Lima (2013), pode levar ao simulacro, no sentido de Maingueneau, de que o regime democrático não funcione.

Na análise de Lima, a cobertura da mídia sobre os manifestos de 2013 passou por algumas fases, sendo a primeira de “condenação pura e simples”, quando se defendia que as manifestações deveriam ser repreendidas com rigor. No decorrer dos eventos, no entanto, a mídia tradicional alterou radicalmente a sua cobertura, passando a noticiar os fatos em tempo real e a promover a tentativa de “instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes” (LIMA, 2013, p. 92).

Assim, segundo o autor, a mídia tradicional teria enxergado nas manifestações “a oportunidade de disfarçar seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes – não só de jovens, mas da imensa maioria da população brasileira”, bem como “a oportunidade de ‘desconstruir’ as inegáveis conquistas sociais dos últimos anos em relação ao combate à desigualdade, à miséria e à pobreza” (Ibid., p. 92). Em contrapartida, no entender do autor, o que se revela, ao contrário, é o fato de que: “a velha mídia não pode mais ser considerada o ‘quarto poder’, imparcial e independente, fiscalizador dos governos e expressão da opinião do público, como ensinava o liberalismo clássico oitocentista” (Ibid., p. 92).

Lima questiona, em que medida, “contribuir para o fortalecimento e a consolidação democrática não deveria constituir um objetivo da velha mídia” (Ibid., p. 94). Por fim, levanta um tema que considera delicado, difícil e, sobretudo, fundamental: “que se considerem os limites de uma cobertura sistematicamente adversária da política

e seus atores e os riscos de ruptura do próprio sistema democrático que isso implica” (Ibid., p. 94).

A fim de analisar a cobertura de mídia referente ao período, delimitamos como *corpus* deste trabalho as capas do jornal *Folha de S. Paulo*, veículo de circulação nacional, representativo por seu alcance e importância, especialmente nas edições da semana que antecede e da que sucede o dia 17/06/2013, quando houve a primeira das maiores manifestações nacionais. Assim, podemos compreender a discursividade na cobertura midiática sobre o acontecimento e investigar em que medida as hipóteses de Lima se confirmam.

Embora, como *corpus* amplo, tenhamos contemplado a cobertura do período total definido para análise, como *corpus* restrito, consideraremos um conjunto de manchetes veiculadas nas capas do período, coletadas a partir da edição on-line do referido veículo de comunicação, as quais serão citadas na exposição de nossa análise.

Embora sejam recortes, o “crescendo” de manchetes, cronologicamente, transmite uma ideia geral sobre o tom da cobertura do veículo midiático, evidenciando as nuances de seu posicionamento discursivo.

Antes do ápice das manifestações (o 17 de junho de 2013), a cobertura era mais pontual. Era dominante o posicionamento discursivo segundo o qual a violência predominava nos protestos, sendo dada voz aos governantes e apoio à atuação da polícia, como na manchete “Haddad apoia atuação da PM em protestos contra tarifa” (10/06).

A atuação da polícia é caracterizada como correta e necessária e a figura do policial é vitimizada na seguinte manchete: “TRISTE ROTINA - Policial em confronto, no centro do Rio, durante protesto contra a alta da tarifa de ônibus; 31 pessoas foram levadas para a delegacia” (11/06).

Na voz do veículo jornalístico, os atos são caracterizados como vandalismo, como se vê na manchete “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista” (12/06). Ainda no dia 12/06, uma manchete dá voz a uma das coordenadoras do Movimento Passe Livre: “Não temos controle. A manifestação se transformou numa revolta popular”, pondo em evidência o fato de que as dimensões dos protestos ultrapassaram a

reivindicação inicial. Em conjunção, as duas últimas matérias citadas podem dar a entender que, de reivindicação, o movimento se tornou revolta/vandalismo (excluindo outras possibilidades, como a do surgimento de novas reivindicações).

A construção discursiva do caráter de vandalismo⁵ dos atos é reforçada pela manchete “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo” (13/06). A violência do lado da polícia é mostrada, porém como reação: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos” (14/06). Outra matéria procura equilibrar a cobertura, dando voz a “quem acompanhou a manifestação”: “Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque” (14/06). As consequências dos atos são mostradas em manchetes como “Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete são atingidos” (14/06). O caráter de “violência reativa” na caracterização da violência da polícia é reforçado pela voz do governo e da própria polícia: “Alckmin defende PM e diz que protesto tem viés político” (15/06); “Polícia Militar só reagiu a ataque, afirma comandante” (15/06).

Manchete do dia 18/06, ou seja, logo após o ápice dos manifestos (o 17 de junho), enfatiza a falta de clareza nos objetivos dos protestos, já que são caracterizados como “contra tudo”, e a depredação do patrimônio público: “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios” (18/06). O mesmo tom permanece nos próximos dias: “Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir” (19/06).

A mudança de posicionamento dos governos aparece também na mídia. Se antes os governos sinalizavam que não iriam ceder às manifestações, o contrário é então noticiado: “protestos de rua derrubam tarifa zero” (20/06). A discursivização do caráter violento dos protestos permanece: “Protestos violentos se espalham e confrontos atingem 13 capitais” (21/06). Simultaneamente, a mídia também recua: se antes os protestos eram caracterizados como vazios ou sem sentido (“contra tudo”), agora são apresentados como “pelo país”: “Mais de 1 milhão de pessoas vão às ruas pelo país” (21/06). A “voz das ruas” é legitimada ao mesmo tempo em que é separada do que seria “arruaça” (termo correspondente à violência, ao vandalismo): “Dilma promete ouvir ‘voz das ruas’ e coibir ‘arruaça’” (22/06).

⁵ Entender a construção da discursividade do vandalismo não exclui a existência de atos reais de depredação. O que se coloca em evidência é a predominância desta discursivização em detrimento de outras.

Embora tenha sido predominante a tentativa de construção do caráter violento dos protestos, discurso que se tenta separar da voz justa da população brasileira, esse posicionamento é então atenuado pela divulgação do apoio da população aos manifestos: “Maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas” (23/06). As consequências negativas dos protestos, como a existência de feridos, também recebe amplo espaço de noticiabilidade.

Quando, em certa medida, são acalmados os ânimos, volta à pauta a discussão em torno do fato que originou as manifestações: “Grupo faz reunião e reforça campanha pela tarifa zero” (24/06), bem como o tema sobre a reforma política, que é consequência das manifestações: “Dilma sugere plebiscito para reformar a política” (25/06). A discursividade predominante se modifica: a legitimidade dos manifestos sociais é separada de outros atos que se caracterizam como “banditismo”, canalizando para esses atos a primeira formação discursiva predominante, relacionada à violência e ao vandalismo: “Bandidos usam atos para assaltar e saquear, diz PM” (26/06). Consequências negativas das manifestações continuam sendo noticiadas: “Jovem morre após cair de viaduto em protesto em MG” (27/06).

Ao final do período analisado, há uma tentativa de equilibrar a cobertura em torno dos distintos polos de violência, o que aparece, especialmente, por meio da voz do Movimento Passe Livre: “Violência do Estado dificulta atos pacíficos, diz Passe Livre” (28/06).

Dessa forma, como apontam as análises de Lima (2013), também percebemos que houve mudança de posicionamento por parte da mídia quanto à construção da discursividade do conflito no veículo Folha de S. Paulo, o que demonstra que a população não foi passiva em relação à cobertura jornalística, a qual precisou rever o seu posicionamento.

No início, a mídia parece ter adotado “a linguagem” da polícia e da ordem, já que, segundo esta linguagem, “a ocupação das ruas é baderna” (ROLNIK, 2013, p. 11). Porém, aos poucos, foi necessário deixar entrever uma outra linguagem, associada à voz dos movimentos sociais, para os quais “a retomada do espaço urbano aparece como o objetivo e o método, que determina diretamente os fluxos e os usos da cidade” (Ibid.).

Tendo em vista a análise do posicionamento da Folha de S. Paulo, constata-se que o veículo sustentou, no início da cobertura, o posicionamento “da ordem” em detrimento do posicionamento dos “movimentos sociais”. Aos poucos, e por pressões sociais, este segundo posicionamento ganhou algum espaço e, para que o primeiro não perdesse a legitimidade, a discursividade predominante enfatizou a separação entre manifestação pacífica e baderna/vandalismo/violência/arruaça.

4. Discursivização paralela

Em tempos de mídias digitais, outras vozes ajudaram a dar a tônica do conflito. Embora a mídia tradicional tentasse caracterizar os atos como vandalismo, a população fazia circular a imagem de um povo que despertou para a conscientização, caracterizada pela metáfora do gigante adormecido que acordou, a qual circulou pelas redes sociais e por cartazes com a hashtag #ogiganteacordou.

A metáfora do gigante remete às dimensões territoriais do país e, também, ao verso do Hino Nacional Brasileiro (*deitado eternamente em berço esplêndido*) que, embora originalmente enaltecedor, adquiriu o sentido de referência a um país de povo acomodado, inativo, passivo.

Simultaneamente, surgiram as diversas paródias que sinalizavam a falta de unificação das reivindicações, algumas bastante subjetivas e/ou irônicas, dentre as quais anotamos: #oBebumAcordou (acompanhada de homens com copos de cerveja na mão e o cartaz: *até 60% do preço da cerveja são tributos*); *Queremos o último episódio de Caverna do Dragão!* (cartaz segurado por um homem, referindo-se ao desenho animado dos anos 1980 cujo último episódio não foi ao ar); *Quero bolsa “Louis Vuitton”* #VemPraRua (o cartaz, segurado por uma moça, revela subjetividade e ironia, estabelecendo um paradoxo semântico ao ser colocado lado a lado com a hashtag #VemPraRua, chamado à coletividade); *Precisamos de leis rígidas p/ proteção aos*

animais (cartaz segurado por uma moça, com tinta verde e amarela no rosto, ao lado de um cão aparentemente adestrado).⁶

Vê-se que causas pessoais ou de grupos particulares (como a da proteção aos animais) se misturaram às reivindicações sociais coletivas, assim como supostas brincadeiras (o último episódio de Caverna do Dragão). Quanto ao cartaz “Quero bolsa Louis Vuitton” – que não oculta a subjetividade ao utilizar o verbo em primeira pessoa –, num primeiro momento, transmite a ideia de futilidade; no entanto, de certo modo, como os sentidos são sempre plurais, coloca também em xeque a desigualdade social: por que uns podem ter bolsas que custam mais de dois mil dólares, enquanto outros não podem ter sequer uma bolsa de couro? E, no fim das contas, por que alguém não poderia sonhar em ter uma bolsa de marca famosa? Talvez, um fato como este, aparentemente despropositado, aponte para a verdadeira desigualdade social existente na sociedade. Ou, de certa forma, “é como se cada um trouxesse dentro de si a sua própria revolução em meio a cartazes e sentenças que unem todos somente para dizer que as manifestações estão ali e precisam acontecer” (MELO, 2014, p. 327-8).

Uma crítica compartilhada de forma recorrente pelas mídias sociais remete à ideia de que a grande revolução não se dá apenas nas ruas, mas especialmente nas urnas, conforme é problematizado em uma charge de autoria de Lucio Oliveira⁷, em que os manifestantes são representados como leões (atirando objetos em prédios públicos, em 2013), enquanto os eleitores o são como burros (diante de uma urna de votação eletrônica, em 2014).

⁶ Seguindo a iniciativa de Castells (2000, p. 368) em termos de coleta de dados e tomando como fonte a “observação participante do autor”, tal conjunto de exemplos não tem a intenção de ser exaustivo. Foram colhidos a partir de compartilhamentos em redes sociais, especialmente facebook e Twitter, no círculo de amigos virtuais da autora. Embora meramente ilustrativos, simbolizam a heterogeneidade que norteou a discursividade em torno das manifestações, pondo em questionamento a sua legitimidade. A questão da autoria em mídias sociais é bastante complexa (conforme defendemos em Moraes, 2012) e a autoria original de tais postagens “se perde” facilmente na rede.

⁷ A imagem foi gentilmente cedida pelo cartunista Lucio Oliveira. Na circulação pelas mídias sociais, a autoria da charge frequentemente se perdeu. Foi publicada, com o devido crédito ao autor, em galeria do UOL “Protestos pelo Brasil viram charges”. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2013/06/18/protestos-pelo-brasil-viram-charges.htm#fotoNav=43>> (acesso em julho/2014)



Figura 1 – charge de Lucio Oliveira <facebook.com/edibardasilva>

A metáfora dos animais leão X burro simboliza as supostas diferenças de atitudes do brasileiro durante os manifestos (coragem) e as eleições (falta de inteligência). Ao que se apreende por esse posicionamento, parte do povo brasileiro parece ter sido cética em relação a uma real possibilidade de mudança.

Para uma análise a respeito de tais frases destacáveis no facebook, remetemos ao texto de Melo (2014). Para o autor, tal circulação é sujeita a um suporte que envolve a “interação humano-computador-humano” (MELO, 2014, p. 326), sendo necessário definir uma metodologia adequada para obter e analisar dados tão distribuídos, já que, na interface das redes, a heterogeneidade, constitutiva do discurso, torna-se ainda mais complexa.

CONCLUSÃO

Junho de 2013 pode ter sido o marco de um Brasil mais “reivindicante”, que vai às ruas pelos seus ideais, ainda que nem sempre estes estejam totalmente claros. Se, em alguns aspectos, os protestos encontram legitimidade nas demandas sociais, em outros, explicitam contradições. No momento em que se redige este artigo, aflora no país uma onda a favor do impeachment da Presidente Dilma, cuja reeleição é considerada por alguns segmentos como “antidemocrática”. A contradição deste ponto de vista, que não será explorada neste trabalho, reside no fato de que a presidente foi eleita nas urnas,

legitimidade que não pode ser invalidada pelo amplo número de votos recebidos por seu adversário, que ficou em segundo lugar.

Tendo afirmado que as pessoas que manifestam seu descontentamento com o Brasil sabem o que não querem, mas não o que querem, Boaventura considera que “cabe à classe política encontrar as soluções. Os jovens não têm que saber [como fazer]” (SANTOS, 2013).

Talvez se possa dizer que as pessoas, em geral, ainda não tenham consciência de que “não sabem o que querem” e da importância de partidos políticos que as representem de uma maneira verdadeiramente democrática. A cobertura da mídia, desmoralizadora em relação à classe política, conforme demonstra Lima (2013), não contribui para um estado mais amplo de conscientização.

Da mesma forma, a falta de isenção por parte dos veículos jornalísticos, conforme demonstram as mudanças de posicionamento de acordo com as circunstâncias, tal qual apontamos, também não contribui para o exercício de seu suposto papel fundamental na politização da sociedade.

Não se pretende aqui criar a ilusão de uma clara dualidade entre o posicionamento da mídia e o da população brasileira. Especialmente pela Internet, circulou abundantemente, como espécie de slogan, a ideia do “despertar do gigante adormecido” a partir dos manifestos de 2013. Será que o gigante realmente acordou? Se não, o que é preciso para ele acordar? Quem é o gigante: o país, uma entidade abstrata? Ou somos todos nós: população, imprensa, classe política? São questões bastante complexas e, embora o junho de 2013 possa representar um marco na história brasileira, sabe-se que as mudanças não se dão necessariamente pelas grandes rupturas, mas pelos pormenores do dia a dia que, aliás, são condicionados pelas circunstâncias.

Cabe dizer, por fim, que o exercício do analista de discurso é o de tentar enxergar os diferentes posicionamentos discursivos, a partir de um olhar exterior, porém, ele próprio consciente de também estar inserido em uma realidade discursiva. O cuidado de não pender para um dos lados é seu esforço e desafio constante e, por posicionamento ideológico, parece justo enfatizar que o teórico e analista também é um ser que vivencia o acontecimento; neste caso, as manifestações que instauraram uma situação de conflito.

Busca perceber os jogos com a discursividade realizados pela mídia, ao mesmo tempo em que, internamente, pode concordar ou discordar das mais diversas condutas dos atores dos acontecimentos. Pode louvar a aparente conscientização e lamentar a violência. É um ser que anda ou já andou de ônibus e, afinal, também quer chegar a sua casa. Essa compreensão é, de qualquer forma, o primeiro passo para um exercício crítico.

REFERÊNCIAS

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: VÁRIOS AUTORES. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 4. ed. São Paulo (SP): Editora Paz e Terra, 2000.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: VÁRIOS AUTORES. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

LIMA, V. A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: VÁRIOS AUTORES. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

ROLNIK, I. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: VÁRIOS AUTORES. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas (SP): Pontes/ Editora da Unicamp, 1997. (Edição original: 1987)

MAINGUENEAU, D. *Gêneses do Discurso*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba (PR): Criar Edições, 2005. (Edição original: Bruxelles, P. Mardaga, 1984)

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido!. In: VÁRIOS AUTORES. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

MELO, L. B. Quando o gigante acorda, vai pra rua e sai do Facebook: frases em movimento. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (56.2). Campinas: Jul./Dez.2014, pp.311-330.

MORAES, É de. Mídias Sociais, Identidade e Autoria. *Revista de Estudos Linguísticos*, São Paulo: v. 41 (3), p. 936-947, 2012.

MORAES, É de. O jornalismo on-line sob o viés discursivo – o novo e o já dado. In: Brunelli, A. F. at all (Org.) *Comunicação, Cultura e Linguagem*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 41-58.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: VÁRIOS AUTORES. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

PESCHANSKI, J. A. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: VÁRIOS AUTORES. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, Carta Maior, 2013.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. Entrevista por MENDONÇA, R. “‘Dilma tem grande insensibilidade social’, diz guru da esquerda”, Folha de S. Paulo, São Paulo: 6/10/2013.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília; ROCHA, Décio. Resenha de “Gênese dos discursos”, de Dominique Maingueneau. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009. [www.revel.inf.br].